Boletim Informativo
Edição 91
22.Julho.2025

4 meses de greve: avanços conquistados com diálogo e mobilização!

No dia 20 de julho, a greve dos servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília completou **quatro meses de resistência**. A paralisação foi iniciada em 20 de março por segurança jurídica, pagamento da parcela de 26,05%, incorporada há mais de 30 anos aos contracheques da categoria.

Apesar da mudança de posição do ministro Gilmar Mendes, em decisão monocrática, e da resistência do TCU, da AGU e do MGI, a parcela — que variou em percentual ao longo dos anos — **tem caráter alimentar**, já reconhecido pela Segunda Turma do STF. Está incorporada aos salários dos trabalhadores, e sua **absorção**, nos moldes propostos pelos órgãos, significaria c**ongelamento salarial e prejuízos severos** para os servidores e para a própria universidade.

É **inadmissível** que qualquer trabalhador ou trabalhadora perca um índice que pode chegar a 1/4 do seu salário. Por isso, a greve continua, com o SINTFUB atuando em todas as frentes políticas e institucionais para buscar uma saída que garanta segurança jurídica, segurança alimentar e respeito aos direitos da categoria.

Balanço do último período

Em 10 de junho, foi realizada uma **Audiência Pública** na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, tratando da situação dos técnicos da UnB. Na ocasião, também foi discutida a possibilidade de avanços pela via legislativa.

Ao mesmo tempo, avançavam as articulações com a **Secretaria-Geral da Presidência da República**, que se propôs a mediar a crise, realizando reuniões com a reitora Rozana Naves, representantes do MGI, da AGU e representantes dos trabalhadores.

O ministro Gilmar Mendes chegou a pautar para o julgamento virtual que se iniciaria em 13 de junho os **embargos de declaração** protocolados pelo sindicato contra sua decisão monocrática. No entanto, após a articulação da entidade e de diversos atores políticos, o julgamento foi retirado de pauta, a pedido do SINTFUB.

Diante da **estagnação nas tratativas com a Secretaria-Geral**, e com respaldo da Assembleia Geral, o SINTFUB protocolou, no dia 26 de junho, pedido ao **Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL)**, solicitando **mediação imediata** com vistas à construção de uma solução negociada antes do julgamento dos embargos.

Na assembleia de 3 de julho, mesmo diante de uma proposta de "suspensão da greve", **a categoria respondeu com firmeza: por unanimidade, aprovou a continuidade da paralisação**, com

chamado ao reforço da mobilização, à participação nas atividades, nos atos e nas assembleias. Os setores derrotados naquela assembleia seguem tentando inviabilizar e enfraquecer o movimento, mas a categoria permanece unida, pois é com luta, nas ruas e com mobilização que se conquista vitórias.

Na assembleia de 16 de julho, foi reafirmada a manutenção da greve e **aprovado o diálogo direto com a AGU**, aberto graças à intervenção da direção nacional da CUT.

É preciso ter clareza da dimensão **política e estrutural desta luta**. O que está em jogo é o modelo de Estado, o orçamento público, o investimento em educação e nos trabalhadores. Enquanto mais de 40% do orçamento federal seguem destinados ao pagamento da dívida pública, o Congresso impõe limites ao governo e às conquistas sociais.

A crise internacional, agravada pela instabilidade econômica nos Estados Unidos, coloca em risco a soberania do Brasil — e no centro disso tudo está o STF, que primeiro garantiu a URP e depois passou a ameaçar sua retirada.

Diante disso, registramos que o SINTFUB tem **compromisso com os servidores técnico-administrativos da UnB**, com a universidade pública, com os interesses nacionais, e não abrimos mão dos nossos direitos, que é, em meio à toda essa crise, uma oportunidade de o governo se posicionar ao lado dos trabalhadores.

Mobilização e negociação: a luta em todas as frentes

Com esforço contínuo da direção do sindicato e da CUT-DF, o SINTFUB chegou à direção nacional da Central Única dos Trabalhadores. O presidente Sérgio Nobre e o secretário nacional jurídico Valeir Ertle atuaram diretamente para abrir o canal de diálogo com a AGU.

Esses esforços visam constituir uma mesa de negociação no âmbito do NUSOL, com a participação dos órgãos envolvidos e a entidade representativa da categoria. Já houve reuniões com o MEC e também estamos buscando intermediação junto ao MGI (com apoio da deputada Érika Kokay PT/DF e outros) para que se sentem na Mesa, na presença da entidade representativa dos trabalhadores, todos os envolvidos, e se chegue a um termo que contemple a reivindicação da categoria, sem redução salarial. Salário não se reduz. Esta é a posição do sindicato, da categoria e da CUT, respaldada inclusive pelos princípios da própria decisão do STF: segurança jurídica e segurança alimentar.

Uma reunião estava prevista para o dia 29, mas convocação para o dia 24 de julho. Todas as atualizações serão levadas à assembleia geral da categoria, que, como sempre, tomará as decisões com base na informação e no debate democrático.

O SINTFUB tem atuado com responsabilidade e firmeza, com base na mobilização da categoria, buscando todos os caminhos possíveis para garantir o pagamento integral da URP para todos os servidores técnico-administrativos da UnB. A paralisação é legítima, respeita os serviços essenciais e todas as decisões são deliberados pela própria categoria em assembleia soberana.

Seguiremos unidos, mobilizados e em luta! Porque juntos somos fortes.

Calendário

- 23/7, quarta-feira, às 8h30 - **Assembleia Geral** na Praça Chico Mendes, Campus Darcy Ribeiro
- 24/7, quinta-feira, às 10h - **Reunião com a AGU**

Reunião com o Dieese

Seguindo a deliberação de apostar no diálogo, na quinta-feira (17), a coordenação do SINTFUB reuniu-se com a socióloga Adriana Marcolino, diretora-técnica, e o economista Mariel Angeli, ambos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), além da advogada Camila Cândido, da Assessoria Jurídica da CUT Nacional.

O objetivo da reunião foi construir cenários de análise técnica, com informações objetivas e fundamentadas, que subsidiem a defesa da tese de que salário não se reduz — posição da categoria e do SINTFUB, respaldada pela CUT Nacional — nas reuniões com a Advocacia-Geral da União e outros órgãos, considerando também o aspecto da segurança alimentar.

O estudo elaborado mostrará os impactos concretos no contracheque e na vida das famílias dos trabalhadores, em diferentes cenários, considerando: o pagamento atual; as novas tabelas salariais; o reajuste conquistado com a greve de 2024; uma possível absorção do índice de 26,05%; a manutenção do índice no patamar atual; entre outros aspectos relevantes para a categoria.